

Educação ambiental: práticas pedagógicas na educação infantil

(Environmental education: educational practices in early childhood education)

Gabriele Caroline dos Santos de Oliveira¹; Jose Pedro Toniosso²

¹Graduação - Centro Universitário Unifafibe- Bebedouro- SP
gaby_c.s.o@hotmail.com

²Centro Universitário Unifafibe- Bebedouro- SP
jptoniosso@gmail.com

Abstract

The concept of Environmental Education and its contributions historical aspects are analyzed in this work, as well as a discussion of their practice in the school's kindergarten. With the literature review and document analysis, it was possible to find the dissociation term Environmental Education practices presented in this level of education, so that the article presents a reflective thinking to reviewing these practices, because it is considered that the formation of critical and aware beings should be developed from the earliest age, by relevant proposals made by professionals that level.

Keywords: *environmental education; early childhood education; practices.*

Resumo

O conceito de Educação Ambiental e suas contribuições históricas são aspectos analisados neste trabalho, assim como a discussão de sua prática no contexto escolar da Educação Infantil. Com o estudo de revisão bibliográfica e análise documental, foi possível encontrar a dissociação do termo de Educação Ambiental com as práticas apresentadas nesse nível de educação, para isso o artigo apresenta um pensamento reflexivo à revisão dessas práticas, pois considera-se que a formação de seres críticos e conscientes deve ser desenvolvida desde a primeira idade, por meio de propostas relevantes apresentadas pelos profissionais desse nível.

Palavras Chave: *educação ambiental; educação infantil; práticas.*

1. Introdução

O presente artigo se fundamenta em pesquisas bibliográficas acerca da análise das práticas de Educação Ambiental na Educação Infantil, com o objetivo de identificar o perfil dessas práticas e, assim, desenvolver um olhar crítico que é resultante desta pesquisa. Torna-se possível considerar o estudo proposto como um problema, uma vez que a maior parte da pesquisa apresenta a ausência dessas práticas ambientais no contexto da Educação Infantil. Dessa forma, entende-se que está sendo vedado a realização de objetivos, quando desde a primeira idade a criança é excluída do acesso a conteúdos e práticas que direcionem para a conscientização social, na formação de seres críticos e modificadores, aprendizagem de fatos, conceitos, atitudes, valores e desenvolvimento de competências.

Para a discussão do assunto, o artigo está dividido em três seções, sendo elas: Considerações Históricas sobre Educação Ambiental; O eixo Natureza e Sociedade na Educação Infantil; A temática ambiental nas práticas de Educação Infantil. Para o desenvolvimento da primeira seção, é apresentado o histórico da Educação Ambiental, o que inclui suas origens e desenvolvimento no decorrer da História. Na sequência, na segunda seção, a base teórica se sustenta por meio do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, especificamente o eixo Natureza e Sociedade, que apresenta maior proximidade com o tema em questão. Na última seção, são discutidas as possibilidades destas práticas aos profissionais da Educação Infantil, assim como sua importância no processo de desenvolvimento no início da fase escolar da criança.

2. Considerações históricas sobre Educação Ambiental

No estudo sobre o surgimento e desenvolvimento da Educação Ambiental em uma perspectiva histórica, podemos citar a presença de escritores e poetas que no final do século XVIII, encontram espaço social para o destaque de suas obras, voltadas para

retratar as maravilhas do mundo natural, de forma a transportar em suas leituras, a preservação e apreciação das mesmas.

Dentre os escritores que ganharam destaque em suas obras, podemos citar o escritor e filósofo Henry David Thoreau, nascido em Conrad, no estado de Massachusetts, nos Estados Unidos. A partir de suas ideias, este autor se tornou em 1817 um símbolo para grande parte do movimento ambientalista, direcionado ao amor à natureza e a busca por uma vida harmônica. Segundo Cascino (2000) sua obra mais conhecida é “A desobediência civil”, a qual inclui ideias provocativas e é considerada um marco na história do pensamento literário.

As críticas de Thoreau às atitudes do homem, no que se refere às questões voltadas para o meio ambiente, são contundentes.

Quão mesquinha e grosseiramente nos havemos com a natureza! Não poderíamos ter um labor menos grosseiro? [...] Não suspeitamos o quanto poderia ser feito para melhorar nossa relação com a natureza animada; que benignidade e refinada cortesia poderiam existir (*apud* CASCINO, 2000, p. 24).

Com o crescimento das contribuições de diversos autores a respeito das questões ambientais, é publicado em 1968, em Roma, o primeiro grande texto sobre esta temática, denominado “Os limites do crescimento”, o qual aborda reflexões sobre os limites do desenvolvimento humano, ou seja, problemas que naquela época já despertavam preocupações aos povos do mundo, como a extensão da pobreza, a destruição do meio ambiente; a crescente rejeição de valores, entre outros (CASCINO, 2000).

Desde então, as relações humanas em impacto com o meio ambiente, passam a instigar cada vez mais alguns segmentos da sociedade mundial, o que gerou o surgimento de diversos movimentos sociais. Dessa forma, em 1972, realizou-se a Primeira Conferência Mundial em Estocolmo, na Suécia, que abordava questões sobre Meio Ambiente Humano e Desenvolvimento. Nesta Conferência foi elaborada a Declaração de Estocolmo, que inseriu na agenda internacional valores e conceitos que todos os países deveriam resgatar no uso do meio ambiente, de forma ecológica e racional. Outro destaque dessa Declaração é que além de promover práticas ecológicas,

permitiu o início de um possível diálogo entre países industrializados e países em desenvolvimento, de forma a revisar como o crescimento econômico deveria acontecer, destacando os pontos de poluição dos bens globais, como ar, água e oceanos (CASCINO, 2000).

Na obra citada de Thoreau, “Os limites do crescimento”, se destaca a observação de que o mundo está sendo visto “de fora”, de modo a analisar os limites, de capacidade ambiental e reservas do mundo. Até então, o homem reconhecia a natureza e sua importância, mas não a possibilidade desta relação de forma passiva. Contrapondo a essa visão “de fora”, em 1987 a obra “Nosso Futuro Comum” de Brundtand, diretora da Organização Mundial de Saúde, com sede em Genebra, traz em forma de relatório, um apelo para que se ampliasse a visão de como o mundo se desenvolvia e para que os planejamentos futuros não atingissem de forma negativa aos recursos naturais (CASCINO, 2000).

A realização da Conferência Internacional sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, ratificou esse apelo. Esta Conferência, conhecida como Rio-92 é considerada a mais importante da história sobre a temática ambiental, aconteceu em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, e contou com a presença de chefes de Estado e de governo, com o objetivo de desenvolverem discussões sobre ações sustentáveis, para que assim, elaborassem ações voltadas para combater os resultados negativos que o crescimento econômico tem gerado ao meio ambiente (MILHORANCE, 2012).

As posições defendidas na Rio-92 representam significativas mudanças para a leitura social que vinha sendo formada, incluindo problemas apresentados pelas produções que envolvem o consumo e a exploração dos bens globais já citados, a modificação dos espaços e uma educação das gerações futuras (MILHORANCE, 2012).

Como resultado dessas reflexões e discussões sobre o assunto, começa a surgir uma nova linguagem, que gradativamente foi saindo do papel e começou a transparecer na prática. O homem passou a apontar seu papel na sociedade em relação aos elementos naturais, buscando a ligação existente entre homem-natureza e as relações dos homens entre si (CASCINO, 2000).

É de suma importância que a sociedade possua conhecimentos sobre as questões ambientais, que haja o desenvolvimento de uma consciência que favoreça a elaboração de abordagens curriculares relacionadas ao meio ambiente.

Isto pode significar, ou não, uma orquestração afinada das práticas curriculares. Muitos educadores, preocupados com problemática ambientalista, concordam que educação ambiental é a realização de atividades voltadas à formação de uma consciência ambientalista estrita, conservacionista e/ou preservacionista. (CASCINO, 2003, p. 53)

A partir destas reflexões, pretende-se abordar na sequência a presença da Educação Ambiental na Educação Infantil, no sentido de que os conceitos ligados a esta temática precisam ser apresentados nos primeiros níveis da educação, de forma a permitir que sejam disseminados valores que possam ser absorvidos e resultem em práticas futuras.

3. O eixo Natureza e Sociedade na Educação Infantil

Em atendimento às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), o Ministério da Educação elaborou o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), com o objetivo de auxiliar na realização do trabalho educativo nesta que é a primeira etapa da educação básica.

O RCNEI é organizado de forma a apontar metas que contribuam para o desenvolvimento integral da criança e ofereça condições instrumentais e didáticas para o profissional atuante nesse nível (BRASIL, 1998). O documento é composto por três volumes que são organizados de modo a atender as exigências da Educação Infantil. O volume 1 é um documento "Introdução", especifica as reflexões conceituadas sobre creches e pré-escolas no Brasil, caracterizando a criança, a educação, instituição e o profissional. Com o título "Formação Pessoal e Social", o volume 2 tem como eixo de trabalho, as etapas para a construção da identidade e autonomia da criança. O último Referencial, que corresponde ao volume 3, é denominado "Conhecimento de mundo", no

qual são definidos os seis eixos que objetivam no conhecimento e práticas das diferentes linguagens e a relação das crianças com objetos de conhecimento. Esses eixos são nomeados como: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática (BRASIL, 1998).

Entre os eixos presentes no RCNEI, Natureza e Sociedade corresponde ao tema de enfoque desta pesquisa, ao apresentar contribuições para o desenvolvimento de práticas docentes vinculadas à Educação Ambiental. Neste documento, é possível identificar considerações que apontam para limitações de conteúdos e práticas referentes ao tema em questão na Educação Infantil,

Propostas e práticas escolares diversas que partem fundamentalmente da ideia de que falar da diversidade cultural, social, geográfica e histórica significa ir além da capacidade de compreensão das crianças têm predominado na educação infantil. São negadas informações valiosas para que as crianças reflitam sobre paisagens variadas, modos distintos de ser, viver e trabalhar dos povos, histórias de outros tempos que fazem parte do seu cotidiano (BRASIL, 1998, p. 165).

Segundo o RCNEI, os conteúdos vinculados às áreas das Ciências Humanas e Naturais, sempre estiveram ligados na organização do currículo da Educação Infantil, no entanto, atuando com práticas distintas. Em algumas instituições, os conteúdos são colocados como preparo para os anos seguintes, como por exemplo, exercícios mecânicos, como forma de desenvolver o movimento, hábitos e atitudes (BRASIL, 1998).

Diante desse contexto, outras práticas e conteúdos são citados como desenvolvidos de forma descontextualizada, em que, pouco favorecem para a construção de conhecimentos que envolvam a diversidade de realidades sociais, culturais geográficas e históricas. Outro ponto também citado no volume 3 refere-se ao fato de que os conteúdos organizados, muitas vezes, desconsideram a capacidade e o interesse da criança para com o mesmo e, sendo assim, a busca do material para trabalho, se limita ao que o aluno possui de concreto, diminuindo sua capacidade de imaginação (BRASIL, 1998). Torna-se importante então, a busca de informações que divulguem o trabalho do professor, com um perfil diferenciado em sua didática, uma vez que, há citações de que algumas práticas estão sendo limitadas e descontextualizadas.

Entende-se que a escola possui papel de agente transformador em que oferece conhecimentos e ligações de valores. Ao considerarmos esta observação, podemos relacionar uma pesquisa de campo desenvolvida por Gleice Azambuja Elali, que parte de vistorias técnicas em escolas de Educação Infantil na cidade de Natal – RN, com o objetivo de investigar o que as escolas ensinam em termos de relações pessoa-ambiente.

A intenção de investigar a presença da natureza nas escolas de Educação Infantil evidencia-se por considerar o contato com o ambiente fundamental, sendo o mesmo na primeira infância (ELALI, 2003).

Citando resumidamente sobre o resultado das vistorias técnicas argumentadas por Elali, se torna possível dizer que a maioria das escolas infantis pesquisadas não está estruturada e organizada de modo a favorecerem a relação da criança com o ambiente natural, criando barreiras para tais objetivos. A autora contribui, formulando que o meio físico possui referências em seus ocupantes, podendo facilitar ou vedar comportamentos (ELALI, 2003).

As pessoas organizam o espaço de uma maneira ou outra, de acordo com seus objetivos e pressupostos sobre os usuários, construídos com base em expectativas socioculturais, mesmo que tais suposições não estejam suficientemente claras ou conscientes. Portanto, ao organizar de um modo ou outro um determinado espaço, entram em jogo as significações das pessoas que gerenciam aquele contexto. A organização espacial, então, sempre está comunicando aos usuários daquele espaço mensagens, tanto diretas, ao facilitar ou impedir determinadas atividades, como simbólicas, sobre a intenção e valores das pessoas que gerenciam aquele determinado contexto (CARVALHO, SOUZA apud ELALI, 2008).

A partir do documento integral de Carvalho e Souza, encontra-se detalhadamente resultados de pesquisas empíricas buscando a organização espacial de creches, integrando a Psicologia Ambiental, Psicologia do Desenvolvimento e Educação Infantil. As questões discutidas partem da relação do professor-aluno, enfatizando as práticas que favorecem e impedem algumas interações mediante ao espaço ocupante.

Em contínuas sequências de interações vivenciadas pelas crianças, mediadas por objetos e em diálogos com outras crianças e adultos, as mesmas percebem gradativamente as relações existentes, constroem e reconstroem informações que

contribuem para aprendizagem, utilizam para representações de seus conhecimentos diferentes tipos de linguagens. Contudo, a criança elabora sua formação de conceitos, a partir de uma compreensão geral sobre fenômenos, seres e objetos, para que, posteriormente, se dirijam à particularização, ou seja, buscarem e receberem detalhes do assunto. À medida que vão organizando conceitos sobre o que lhe são apresentados e observados, colocam em diferentes situações de modo a expor o que para si está pontuado. Dessa forma, suas ideias se confrontam com diversas situações e falas que são colocadas por outros participantes e também, outras situações de contexto. As crianças fazem uso de suas concepções em contextos que consideram significativos, para que a partir de respostas e indagações que recebem, possam reformular suas noções organizadas anteriormente (BRASIL, 1998). Portanto, se torna importante considerar a seguinte colocação:

(...) Isso significa dizer que a aprendizagem de fatos, conceitos, procedimentos, atitudes e valores não se dão de forma descontextualizada. O acesso das crianças ao conhecimento elaborado pelas ciências é mediado pelo mundo social e cultural (BRASIL, 1998, p.172).

O desenvolvimento da criança acontece gradativamente e à medida que toma consciência do mundo em que vive, sendo essa consciência de diferentes maneiras. Conforme crescem, aumentam a consciência e o contato com fenômenos naturais e fatos sociais, o que os levarão a apresentarem questões sobre os mesmos, fazer a junção de informações, se organizarem para explicações e por fim, arriscarem respostas. Assim sendo, a criança terá possibilidades de que ocorram mudanças importantes relacionadas ao seu modo de conceituar a natureza e a cultura (BRASIL, 1998, p.169).

Partindo das considerações relacionadas à presença da criança com um ambiente escolar que proporcione meios para melhor desenvolvimento de aprendizagem, podemos concluir que além de um currículo, a organização do espaço escolar está incumbida de transmitir aprendizagens, uma vez que, como já citado, valores culturais e sociais se sobressaem nessas organizações.

Mediante a essa questão, pretende-se na próxima seção do trabalho buscar o papel do professor com a criança na Educação Infantil relacionando sua participação com o meio ambiente.

4. A temática ambiental nas práticas da Educação Infantil

A partir de conceitos que definem Educação Ambiental, podemos engajar como traduções, ações que evidenciem os processos no qual o indivíduo ou grupos edificam valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para a preservação do meio ambiente, tornando assim, um ato de bom uso comum, valorizando a vida e a sustentabilidade (DIAS, 2003).

Diante da necessidade de criação de uma legislação específica que garantisse o espaço da Educação Ambiental, e assim, encontrar relevância para o trabalho desenvolvido, certifica-se que o Brasil é o único país da América Latina que possui uma lei nacional voltada para Educação Ambiental. Tal lei recebeu fundamentação e importância através das contribuições de ambientalistas, ONGs, funcionários e outros, seguido de lutas diárias, com o intuito de convencer aos representantes políticos, a organização de um documento que viesse a legalizar para as gerações presentes e futuras, atos de um mundo melhor, contendo justiça e equilíbrio econômico, social e ecologicamente (DIAS, 2003).

Com o aceite dos pedidos sobre a legalização da Educação Ambiental, Fernando Henrique Cardoso – presidente do Brasil em 1999 - trabalhou juntamente com o Ministro da Educação – Paulo Renato Souza, mais o deputado José Sarney Filho, organizando uma Política Nacional de Educação Ambiental. Com isso, coube ao presidente da república sancionar a Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999 (DIAS, 2003).

No que se refere à abordagem desta pesquisa observa-se que a Educação Ambiental presente na Educação Infantil, encontra-se também na Lei nº 9.795 capítulo II – Da Política Nacional da Educação Ambiental , Seção II – Da Educação Ambiental no Ensino Formal, Artigo 9º, que indica que os currículos das instituições tanto públicas quanto privadas, devem visar a prática de Educação Ambiental, iniciando pela educação

básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental, e Ensino Médio, se estendendo para Educação Superior, Educação Especial, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos (DIAS, 2003).

Ao considerarmos a proposta para abordar neste item a participação do professor na Educação Infantil, de modo que contribua para aprendizagem do aluno quando ao desenvolver com o mesmo o eixo de Natureza e Sociedade, se torna necessário destacarmos alguns pontos de referência para assim, mediar o conteúdo proposto, sendo ao professor e ao aluno, ou seja, a partir do conteúdo sugerido para determinada faixa etária, o primeiro deve possuir conhecimento dos mesmos, para posteriormente seguir uma didática relevante.

Para o desenvolvimento desse eixo – Natureza e Sociedade, em que aborda a Ciências Naturais, a autora Hilda Weissmann, afirma que o professor precisa se encontrar em um estilo de trabalho para desenvolver com seus alunos, de forma que remeta à conteúdos, conceitos, procedimentos e atitudes. Para que o professor consiga atingir resultados significativos, a autora defende a tese construtivista de aprendizagem (WEISSMANN, 1998). Portanto, considera que a criança possua esquema de conhecimentos prévios, em que entram em contato com os conhecimentos que são apresentados na escola e na prática extra-escolar cotidiana, resultando assim, em um olhar de interpretação e leitura, segundo os quais as crianças verificam as situações de aprendizagem escolar (WEISSMANN, 1998). Sendo assim, a autora considera muito importante que o trabalho desenvolvido na escola, seja reflexo do que o aluno possui fora dela.

A partir do RCNEI, a Educação Infantil pode contar com orientações didáticas sobre o desenvolvimento dos eixos apresentados, e para continuarmos a considerar a Educação Ambiental na Educação Infantil partiremos da programação do eixo Natureza e Sociedade.

Podemos então nos basear pela divisão da faixa-etária que este documento apresenta, sendo para crianças de zero a três anos e quatro a cinco anos. Para as duas faixas etárias apresentadas, organizam-se algumas considerações quanto à preparação dos conteúdos. Dessa forma, apresentam-se os seguintes critérios: que o conteúdo

apresente importância social, grau de significado para o aluno, possibilidade de construir uma visão de mundo de modo incorporado, assim como a ampliação de repertório para conhecimentos que condizem com o mundo social e natural (BRASIL, 1998).

Para que consigamos apontar práticas da temática ambiental na Educação Infantil, de forma que não se exclua o que já fora apresentado, consideraremos o conceito de Educação Ambiental citado anteriormente, para o destaque das práticas pedagógicas. Portanto, utilizaremos o RCNEI para a busca dessas práticas que enfatizem valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes que se voltem para a preservação do meio ambiente.

O trabalho a ser desenvolvido com crianças de zero a três anos, deve ser iniciado pela observação e exploração do meio em que ela está inserida. Dessa forma, a criança terá suas primeiras noções organizadas a respeito das pessoas, seu grupo social e das relações humanas de modo geral (BRASIL, 1998). Para o desenvolvimento de valores sociais e conhecimentos, se busca atividades interativas que relatem através de histórias, brincadeiras e canções, informações sobre às tradições culturais de sua comunidade e outros (BRASIL, 1998).

Outra situação didática para essa faixa etária e que se relaciona com a valorização da vida, é o contato com pequenos animais e plantas. Segundo o RCNEI, essas práticas podem ser organizadas pelo professor buscando propiciar ao aluno noções básicas sobre os cuidados necessários ao trato com animais e plantas; identificação de perigos, acompanhamentos de transformações, cabendo aqui ressaltar o quanto prazeroso essas situações podem ser para as crianças (BRASIL, 1998).

Para a faixa etária seguinte, sendo a mesma de quatro a cinco anos, o documento estabelece a organização de blocos para abordar as principais dimensões que se propõe a esse eixo de Natureza e Sociedade, no entanto, se torna importante destacar que a direção de blocos está associada somente em uma organização e não, fragmentação de conteúdo. Assim sendo, são nomeados como: “Organização dos grupos e seu modo de ser, viver e trabalhar”; “Os lugares e suas paisagens”; “Objetos e processos de transformação”; “Os seres vivos” e “Fenômenos da Natureza” (BRASIL, 1998).

O trabalho a ser desenvolvido com essa faixa etária, deve buscar aprofundar os conteúdos apresentados anteriormente assim como, a inserção de diferentes conhecimentos e objetivos. As práticas pedagógicas devem estar pautadas, em resultar relevantes aprendizagens para o aluno, de modo que permita ao mesmo, organizar perguntas, conseguir mediar comparações, situar confronto de ideias com os demais participantes da turma, se interessar por busca de novos instrumentos para informações, utilizando de diferentes situações de registros para conhecimento (BRASIL, 1998). Faz-se necessário que o professor além de oportunizar ao aluno práticas que resultem com diferentes objetivos, que o mesmo seja o mediador dessas atividades em oferta de vasto conhecimento para contribuição de aprendizagem do eixo.

Sob orientações gerais direcionadas para o professor, apresentada no documento do RCNEI, se faz necessário atender algumas informações a que venha contribuir no processo didático do assunto em questão. Portanto, o professor ao buscar ampliar os conhecimentos do aluno acerca de fatos e acontecimentos da realidade social, deve seguir com ideias próprias, trazendo inovações, práticas diferenciadas, no entanto, não excluindo os assuntos pautados pelo eixo (BRASIL, 1998). Cabe também ao professor não se limitar aos materiais que se encontram disponíveis na instituição, podendo então, buscar novos recursos, novas fontes de informações; oferecer a instituição pessoas que possam contribuir com o assunto discutido, assim sendo, o professor consegue oferecer ao aluno informações divergentes e complementares, tanto quanto permitir que o mesmo vivencie um maior número de práticas pedagógicas para assim, possuir diversos elementos para reflexão (BRASIL, 1998).

Após o destaque de algumas práticas pedagógicas para a Educação Infantil, seguindo como base o RCNEI, podemos direcionar mais uma vez ao conceito de Educação Ambiental, que se tratando de ações que visem à construção de valores sociais, situações voltadas para a preservação do meio ambiente, conhecimentos e habilidades, o documento condiz com os objetivos da temática.

No entanto, apesar da disponibilidade de documentos que resgatem a prática de Educação Ambiental, encontramos também fontes que nos apresentam o inverso dos objetivos dessas práticas no ambiente escolar. Ao discutirem a Educação Ambiental no

Contexto Escolar, Antonio Guerra e Mauro Guimalhães, se basearam em questões levantadas pelo GDP (Grupo de Discussão e Pesquisa), do III Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA) em que se realizou no ano de 2005, em Ribeirão Preto/SP (GUERRA; GUIMARÃES, 2007). De acordo com estes autores,

Diversos trabalhos no campo ambiental indicam essas contradições nas práticas de que as atividades de EA, na maioria das escolas, seguem uma “pedagogia tradicional” ou comportamental, uma vez que são realizadas de modo pontual (datas ecológicas, palestras, etc.) e de forma fragmentada, conteudista, com pequeno envolvimento comunitário (GUERRA; GUIMARÃES, 2007, p. 158).

Por fim, com tudo que fora exposto sobre as práticas de Educação Ambiental na Educação Infantil nesse artigo, conclui-se mais uma vez, com as ideias de Guerra e Guimarães, que a vivência do conteúdo está sendo trabalhada de forma equivocada, não obtendo o real objetivo da temática, perdendo-se então grandes contribuições de aprendizagem aos alunos desse nível.

Considerações Finais

A análise acerca da Educação Ambiental permite entendê-la como uma prática que pouco está sendo exercida no ambiente escolar da Educação Infantil, o que se confirma a partir das discussões presentes nesse artigo. Assim como as práticas pedagógicas, os objetivos relacionados a essa temática também estão dissociados de seu real conceito, acabando por dificultar ao aluno a aquisição de conhecimentos relativos ao exercício das práticas ambientais.

Sendo assim, foi possível observar, que as práticas pedagógicas relacionadas ao tema, assim como a atuação do professor desse nível de educação precisam ser revistas, uma vez que os objetivos propostos para a realização de aprendizagens relevantes não estão acontecendo. Cabe então ao professor, se disponibilizar para a realização de práticas pedagógicas fundamentadas em bibliografias e documentos que contribuam para o planejamento, organização e desenvolvimento das aulas vinculadas ao conceito de Educação Ambiental, na perspectiva de contribuir na formação de indivíduos com

habilidades e atitudes voltadas para a preservação do meio ambiente, valores sociais, conhecimento e criticidade, tendo em vista o bem comum.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil: conhecimento de mundo*. Brasília: MEC/SEF, v.03. 1998.

CARVALHO, Mara Campos; SOUZA, Tatiana Noronha. *Psicologia Ambiental, Psicologia do Desenvolvimento e Educação Infantil: integração possível?* Paidéia Ribeirão Preto, 2008, vol.18, n.39. Disponível em: <<http://www.scielo.org/>> Acesso em: 02 agosto 2013.

CASCINO, Fabio. *Educação Ambiental: princípios, história, formação de professores*. 02.ed. São Paulo: SENAC, 2000.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação ambiental: princípios e práticas*. 8. ed. São Paulo: Global, 2003.

ELALI, Gleice Azambuja. *O Ambiente da Escola - o Ambiente na Escola : Uma Discussão sobre a Relação Escola-Natureza Educação Infantil*. Estud. psicol. (Natal) 2003, vol.8, n.2. Disponível em: <<http://www.scielo.org/>> Acesso em: 20 julho 2013.

GUERRA, Antonio Fernando; GUIMARÃES, Mauro. *Educação Ambiental no Contexto Escolar: Questões levantadas no GDP*. Pesquisa em Educação Ambiental, vol.2, n.1. 2007. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/>> Acesso em: 15 outubro 2013.

MILHORANCE, Flávia. *O que foi a Rio 92*. O Globo. 30 maio 2012. Disponível em: <<http://www.oglobo.com.br/>> Acesso em: 25 maio 2013.

WEISSMANN, HILDA (ORG.). *Didática das ciências naturais: contribuições e reflexões*. Porto Alegre: ArtMed, 1998. 244 p.